

Estilos de relacionamento entre extensionistas e produtores: desde uma concepção bancária até o “empowerment”

Styles of relationship between extension agents and farmers: From the “bankarian conception” to the empowerment

João Dessimon Machado¹ Pedro de Hegedüs² Laurício Bighelini da Silveira³

RESUMO

O objetivo deste artigo é introduzir o leitor nos novos estilos de relacionamento entre extensionistas e produtores. Para desenvolver o tema, apresenta-se o conceito de sistema e seus diferentes significados: sistêmico e sistemático. Evolui-se desde a concepção bancária de relacionamento, seguindo o termo alçado por Paulo Freire, até o “empowerment” dos produtores. Considera-se que a concepção “empoderadora” é central para promover o desenvolvimento rural desde uma perspectiva sustentável.

Palavras-chave: *empowerment; extensão rural; desenvolvimento rural; sistemas.*

ABSTRACT

The objective of this article is to introduce the reader to the new style of relationship between extension agents and farmers. To develop the subject the article defines the concept of system and its different meanings, and considers the traditional style (the “bankarian conception” using the traditional expression coined by P. Freire). After that, the new style (the empowering relationship) is analysed. Empowerment is central in promoting rural development from a sustainable perspective.

Key words: *empowerment; rural extension; rural development; systems.*

INTRODUÇÃO

Considera-se que a adoção de uma visão de sistemas na agricultura foi um elemento que interferiu

positivamente na relação técnico-produtor. Ao adotar uma visão holística, os técnicos passaram a ver a necessidade de considerar a percepção dos produtores, o que não ocorria anteriormente, quando simplesmente levavam fórmulas prontas aos produtores (concepção reducionista).

Posteriormente há a evolução no sentido de não só incorporar a opinião ou “modus operandi” dos agricultores, mas participar em um processo mais profundo de intercâmbio de saberes, que extrapola inclusive o conceito de capacitação. Afinal, não se trata mais de ir ao campo com o afã de capacitar a outrem teoricamente menos preparado para suas atividades. Trata-se sim de sermos capazes de desenvolver métodos e atividades que propiciem o avanço da capacidade destes produtores de decidirem com mais propriedade, com menos incertezas, menos temores em relação às conseqüências deste ato. Em resumo, desja-se que esses autores tenham mais autonomia, mais poder, no sentido de decisões adequadas às suas necessidades e, conseqüentemente, da elevação da sua auto-estima, com todos os benefícios daí advindos.

Nas sociedades de língua inglesa para explicar este novo nível de relacionamento técnico-produtor, foi alçado o termo “empowerment”. A seguir, nas comunidades hispânicas foi adotado o termo “empoderamiento”. No idioma português, não existe uma tradução literal para estes termos (inglês ou espanhol), isto fez com que aparecesse, nos meios extensionista e acadêmico, a utilização de duas

¹Departamento de Ciências Econômicas, Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Rural, Programa de Pós-graduação em Agronegócios, Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Av. João Pessoa, 31/11, Porto Alegre, RS, Brasil. E-mail: joao.dessimon@ufrgs.br. Autor para correspondência.

²Universidad de la Republica, Montevideo, Uruguay. E-mail: phegedus@adinet.com.uy.

³Centro Federal de Educação Tecnológica de São Vicente do Sul, RS, Brasil. E-mail: lauriciosvs@pop.com.br.

“traduções”: empoderamento e apoderamento. Como os dois termos não existem oficialmente, utiliza-se ao longo do texto o termo original em inglês. Outrossim, registre-se a preferência dos autores pelo termo empoderamento, por dois motivos principais: (a) em português a letra “a” ao ser utilizada como prefixo pode significar tanto aproximação como afastamento, ao passo que a palavra “em” quando utilizada como prefixo admite somente o significado de “movimento para dentro”, “incorporação de”, “provimento de”. Neste caso específico, significando então incorporação ou provimento de poder.

DESENVOLVIMENTO

Conceito de sistema

Entende-se por sistema um conjunto de partes que atuam de forma coordenada para cumprir objetivos. A noção de sistemas é relativa, uma vez que sempre é possível identificar um sistema maior, no qual o sistema que se estava analisando é uma parte constituinte de nível hierárquico menor (subsistema).

Faz-se necessário advertir que sistemático e sistêmico (adjetivos que provêm de sistema) têm diferentes conotações (HEGEDÜS & MORALES, 1996). Ambos têm em comum a valorização da perspectiva holística, ou seja, de que as partes pertencem a uma totalidade maior e que desenvolvem mecanismos amplos de interação entre si que são necessários entender (relações de controle, de inter-relação, etc.).

Para a visão sistemática, a totalidade é igual à soma das partes que a compõem. Para a visão sistêmica, a totalidade é diferente desta soma. (Ex.: a molécula de água é diferente dos átomos que a compõem). Isto significa que existem propriedades emergentes, não das partes isoladas, mas sim da totalidade organizada (sistema) que são as que originam a diferença antes assinalada. Essas propriedades não emergem, caso se reduza o sistema às partes que o compõem.

Pode-se concluir, então, que, para a visão sistemática, é possível reduzir, simplificar os problemas analisando suas partes, para encontrar as soluções, o todo se pode entender por meio das partes. Pensar de forma sistemática implica seguir um método rigoroso e exaustivo. Uma análise sistemática assume que é possível entender a totalidade de uma situação a partir da enumeração precisamente sistemática de seus componentes. O enfoque de sistemas de produção se vale desta visão.

Para a perspectiva sistêmica, captar a totalidade de uma situação sempre é um processo em construção de um todo, em função do propósito do

analista. Isto significa que o sistema em construção reflete a maneira pela qual o observador está entendendo, em um momento dado, como esse todo está organizado. É uma opção do analista apresentar o sistema e o comportamento das partes que o compõem, da forma que o faz. Assim, na realidade o sistema não existe, trata-se de uma construção mental que se realiza a efeitos de facilitar a análise, e que, quando se apresenta, pode aparecer (se não há humildade) como existente objetivamente na realidade, o que não é verdade. A dinâmica das interações fará com que os esquemas interpretativos desse todo se comprovem ou não no trabalho empírico, e os esquemas de relações que conformam o sistema irão se retificando ou se abandonam.

O conceito sistêmico se vincula com trabalhos desenvolvidos por CHECKLAND (1999) no começo da década de 1980, relacionados com os chamados *soft systems* (flexíveis). Estes são aqueles sistemas cujos limites não são precisos, e nos quais não há acordo acerca de quais são os problemas e, conseqüentemente, quais os objetivos a estabelecer. São sistemas abertos, nos quais há permanente interação dinâmica entre a atividade humana (elemento do sistema) e o meio ambiente. São as pessoas que interagem com o meio ambiente, desempenhando um ativo papel como comunicadores, o que não é considerado da mesma forma na visão sistemática. Nesta última visão, o papel das pessoas é de regulador do sistema.

Os *soft systems* são, em conseqüência, complexos, e a complexidade vem da imprevisibilidade da interação da atividade humana com a dos demais componentes do sistema e o meio ambiente. Parte da complexidade vem do fato de que as funções que uma pessoa desempenha podem mudar, de forma irreversível ou transitória.

No enfoque sistêmico, entende-se o sistema desde uma perspectiva de processos que hierarquiza as interações que vinculam os componentes do sistema. Essas interações representam o potencial do sistema para desenvolver as capacidades que cada componente tem de forma criativa e enriquecedora. Existe uma estrutura, mas a mesma apela à multacentralidade. No enfoque sistemático (*hard systems*), próprio das ciências agrárias, se entende ao sistema desde uma perspectiva que hierarquiza a estrutura (LEEUIWIS, 1993). Esta estrutura é centralizada, hierárquica, de acordo com a função atribuída.

Os *hard systems* implicam entender a realidade como uma totalidade organizada (em sistemas). Na visão de *soft systems* a idéia de sistemicidade inclui também a forma como se investiga

esta realidade. Isto significa incorporar as visões que os atores têm da realidade, de forma que o sistema se constrói entre os atores relevantes. Cada ator tem sua percepção, tão válida como a dos demais. Não há imposição de uma única visão (tradicionalmente a científica).

Quando existe consenso entre os atores acerca da natureza dos problemas e como solucioná-los (por meio de procedimentos já estabelecidos), fala-se de “dificuldades”, reservando o termo “problemas” para aquelas situações nas quais nem as causas, nem as formas de aliviá-los são compartilhadas por todos os implicados e afetados (ACKOFF, 1980). Constrói-se de forma consensual o problema e os objetivos da intervenção.

Os enfoques de relacionamento entre técnico e produtor

Desde uma visão micro, ou seja, desde uma perspectiva de como se relacionam, técnicos extensionistas com produtores, a evolução dos enfoques tem seguido um processo caracterizado conforme síntese apresentada na tabela 1.

Existe abundante evidências de que o modelo tradicional de geração de inovações em estações experimentais e sua posterior transferência aos produtores não teve os resultados esperados, especialmente quando se aplica em um contexto de produtores familiares (HOARE, 1986; GIBBON, 1994). Este modelo de caráter reducionista (transferência de tecnologia, difusionista, Revolução verde) se aplicou universalmente na década de 1960. Nesse modelo, também a pesquisa agrária se desenvolve com um enfoque reducionista, por áreas, por disciplinas. Isto constituía, em parte, uma herança da época colonial.

Na América Latina, FREIRE (1973) reagiu contra este enfoque reducionista. Questionou o conceito de extensão (“educação bancária” na sua concepção), e indicou novos papéis para o agente de mudanças, que deixando de lado a chamada neutralidade técnica pudesse comprometer-se com a realidade em que intervém, mediante processos de conscientização que abrangem todas as partes.

Como resposta aos problemas originados pela adoção de enfoques reducionistas surgiu, desde Centros de pesquisas internacionais (Ex.: CIMMYT: Centro Internacional de Mejoramiento en Maiz y Trigo/México; ICRISAT: International Crops Research Institute for the Semi Arid Tropics/Índia), uma maior preocupação em entender, desde o ponto de vista do produtor, quais eram os fatores que impediam a adoção de tecnologia. (MANSFIELD, 1950, citado por GIBBON, 1994).

Tabela 1 - Evolução dos enfoques de relacionamento técnico - produtor

Enfoque	Relacionamento técnico-produtor
<u>Reducionista</u>	
Tradicional (Revolução verde, difusionista, etc.)	Técnico focaliza seu trabalho em um componente específico da propriedade rural (Ex.: cultivo). Não há uma visão de sistema. Idéia central da relação: Como transmitir melhor a mensagem? (CHIA et al., 2003:80). É o que Freire designou como concepção bancária.
<u>Sistemático</u>	
Sistema de produção (Farming system research) (Usual nas Ciências Agrárias)	Técnico focaliza seu trabalho entendendo a propriedade rural como um sistema. Neste, um dos componentes é o produtor e sua família.
<u>Sistêmico</u>	
Enfoque de Paulo Freire Experiências no Brasil (Santa Catarina), Austrália (Programa Landcare, Universidade de Western Sydney).	Técnico e produtor interagem para intervirem em um sistema no qual a propriedade é um dos componentes. O técnico também é parte do sistema.
(Usual nas Ciências Sociais)	Idéia central da relação: compreender para cooperar, para que exista aprendizagem (CHIA et al., 2003:80).

Fonte: elaborado com base em PINHEIRO (2000).

Na década de 1970, a reformulação dos modelos vigentes, promovida a partir dos centros de pesquisas internacionais e logo pelos nacionais, passou a privilegiar a abordagem dos problemas desde uma perspectiva de sistemas. Falava-se em investigação em sistemas de produção (“Farming system research”). O marco dos trabalhos implicava quatro etapas: (i) diagnóstico: o sistema do produtor e seu contexto; (ii) desenho: diferentes estratégias eram identificadas em função da etapa anterior; (iii) prova ou validação: algumas estratégias tidas como promissoras eram avaliadas ao nível de propriedades rurais; (iv) extensão: as estratégias validadas em condições reais se difundiam mediante os sistemas de extensão (GILBERT et al., 1980).

Com o tempo, a palavra investigação foi suprimida e permaneceu o termo “sistemas de produção”. Como a última etapa desde enfoque é precisamente a de extensão, existe o perigo de se acreditar que um enfoque de extensão baseado na

perspectiva de sistemas é exatamente o enfoque de sistemas de produção. Entretanto, isto constitui um erro.

O trabalho em sistemas de produção implicava na conformação de equipes multidisciplinares (ciências agrárias e ciências sociais) trabalhando em interação com os produtores (onde se desenvolvia a experimentação em propriedades). Havia um interesse em compreender a racionalidade do produtor, suas motivações e seus interesses. Reconhecia-se que não era a ignorância ou a irracionalidade do produtor o que freava a adoção de tecnologia (HOARE, 1986). A idéia central de estabelecer o “Sistema de Produção” se baseava no convencimento de que se o pesquisador conhecesse a propriedade onde vivia o pequeno produtor e sua família (o sistema), poderia então desenvolver tecnologias adaptadas a esse sistema.

Obviamente não faz sentido estabelecer um sistema de produção para cada propriedade existente. O interessante é que as tecnologias desenvolvidas (as recomendações) sejam válidas para um conjunto de propriedades que tenham características em comum (solos, clima, práticas culturais, costumes, etc.). Surge então, no marco do CIMMYT, o conceito de domínios de recomendação, definido como o grupo de agricultores cujas circunstâncias são suficientemente similares de tal forma que todos são elegíveis para a mesma recomendação (HARRINGTON & TRIPP, 1984). Esta concepção de sistemas de produção do CIMMYT, além dos domínios, se caracterizou por uma preocupação por sistematizar os procedimentos empregados em manuais de instrução.

Para América Latina teve também sua importância o trabalho que desenvolveu P. Hildebrand no Instituto de Ciências e Tecnologia Agrícolas (ICTA) de Guatemala, que pode ser caracterizado como enfoque exploratório (sounding out method). Esse enfoque tem como objetivo facilitar a primeira etapa de diagnóstico, que, por meio de uma equipe de aproximadamente 10 técnicos (5 provenientes de ciências sociais e 5 de ciências agrárias), por um período de aproximadamente 10 dias, trabalham em uma área determinada para coletar informação mediante entrevistas não estruturadas com os produtores (GILBERT et al., 1980).

Cabe também registrar o aporte efetuado pelo Centro Internacional da Batata (CIP) no Peru, também na década de 1980, denominado de “Farmer back to farmer research” (Ver, por exemplo, RHOADES; BOOTH, 1980). Seus trabalhos sintetizam as características gerais do processo. Outros Centros Internacionais em outros continentes desenvolveram suas aproximações aos trabalhos em sistemas de produção.

De acordo com HOARE (1986), todas as variantes de sistemas de produção desenvolvidas por diferentes Centros Internacionais de Pesquisa representam, em essência, modificações do modelo tradicional de transferência de tecnologia (difusão e transferência de tecnologia).

Visto em perspectiva, os trabalhos baseados em um enfoque de sistemas de produção representaram um avanço com respeito ao enfoque tradicional (reducionista). Entretanto, indo além da retórica, o controle do processo seguia estando nas mãos dos especialistas (pesquisadores/técnicos em ciências agrárias). Mesmo a equipe sendo multidisciplinar, a lógica de funcionamento estava concebida e dominada pela investigação agrária, pelo que o enfoque não era multidisciplinar. Como conseqüência, não é de estranhar que o uso dos sistemas de produção abrangesse as três primeiras etapas: diagnóstico, desenho e prova. Como sempre sucede, a preocupação com a extensão, a última etapa, ficou à margem da discussão.

Assim, a ênfase do enfoque de sistemas de produção esteve em concentrar recursos e tempo para efetuar estudos de diagnóstico, tanto para determinar zonas, como para classificar produtores em diferentes classes e tipologias. Estes estudos raramente significaram algum progresso para os produtores (GIBBON, 1994), já que, como afirma VASSALLO (2001) “encontram-se dificuldades para a conversão dos resultados do diagnóstico em processos de desenvolvimento, pois as atividades da primeira etapa consomem a maior parte do tempo e dos recursos destinados a tal atividade”. Considerações desta ordem levaram ISON et al. (1997) a, inclusive, colocarem em dúvida se o enfoque de sistemas de produção pode realmente ser considerado verdadeiramente um enfoque de sistemas.

Nos últimos trinta anos desenvolveu-se uma grande quantidade de diferentes enfoques, metodologias, aproximações, que baseadas na perspectiva de sistemas de produção, diferem muito pouco entre si (GIBBON, 1994). Em vez de chegar à quarta etapa do enfoque (a de extensão), que é aquela que permitiria aliviar as situações problemáticas, o debate tem ficado muitas vezes aprisionado em exacerbar diferenças entre as diversas formas de fazer diagnósticos. VASSALLO (2001) assinala que sob o “...conceito (sistema de produção) se incorpora uma ampla gama de formas de operacionalizar o enfoque, porém todas elas têm em comum, em seu marco metodológico, começar pelo diagnóstico dos sistemas...”. Neste sentido a quantidade de siglas existentes no presente é expressiva, tendo inclusive

sido tema para uma publicação de BLACK (2000). Normalmente aparecem palavras que estão em moda e que ilustram as preocupações do momento: rápido, participativo, gênero, “eco”, sustentável, local, avaliação, exploratório, adaptativo, etc.

Contra o excessivo tempo que se gastava em fazer diagnósticos, e contra o controle que tinham os pesquisadores (o que significava que se investigava o que os especialistas queriam), reagiu R. Chambers na década de 1980. Seus trabalhos acadêmicos, desde a Universidade de Sussex, Inglaterra, e suas consultorias em Desenvolvimento Rural efetuadas em diferentes países da Ásia e da África, modelaram questionários éticos que vinculavam o drama da pobreza rural com o “turismo” que os “especialistas” ou “estudantes de doutorado” urbanos efetuavam nas zonas carentes para diagnosticar problemas mediante a “indústria” de entrevistas intermináveis para o fascínio dos especialistas em estatística.

A partir de 1980, são publicados vários trabalhos que ilustram as preferências de Chambers, quais sejam, a revalorização do produtor e de seu saber, e a preferência por metodologias qualitativas para uma rápida análise da realidade, tais como CHAMBERS (1980), (1983) e (1992) e CHAMBERS et al. (1993).

Conjuntamente com esta reação ética de Chambers, se desenvolvem duas mudanças: (i) uma que constitui um repensar do modelo tradicional de difusão de tecnologia que, respeitando sua essência conceitual, procura corrigir suas imperfeições, impulsionada pelo Banco Mundial e que se denomina “Training and Visit” (Capacitação e Visitas); e (ii) outra variante, que questiona a essência do modelo tradicional, desde Wageningen, a partir dos trabalhos de Röling e Engel, baseados no enfoque de sistemas flexíveis (soft systems). No presente artigo, não há interesse em se aprofundar nas explicações acerca do método “Capacitação e Visitas”, uma vez que sua aplicação na América Latina foi muito escassa (BENOR et al., 1984). Interessa sim dar ênfase na outra vertente por suas implicações para a extensão desde uma perspectiva sistêmica.

Tanto na França (Montpellier), como na Holanda (Wageningen) e na Austrália (Hawkesbury), se desenvolvem novas formas de entender o uso de sistemas, agora com um papel mais ativo das ciências sociais (soft systems, sistemas flexíveis). Posteriormente, e por sua aplicação na extensão, se destacam os trabalhos de N. Röling e P. Engel, da Universidade de Wageningen, no que se constitui o Sistema de Informação e Conhecimento Agrícola (SICA). Uma das críticas que se formularam ao enfoque de sistemas de produção é que o funcionamento das

equipes multidisciplinares foi pobre, tanto no que se refere ao relacionamento entre as diferentes disciplinas, como no contato com os produtores. Na origem do SICA está a idéia de melhorar esse relacionamento, desenvolvendo mecanismos de enlace.

Julga-se que é evidente que uma abordagem sistêmica na extensão guarda estreita relação, nos aspectos metodológicos, com o enfoque de Paulo Freire. É certo que Freire não falou de sistemas em seu trabalho, entretanto, resulta claro que tem subjacente uma visão sistêmica do relacionamento técnico-produtor. O homem, afirma Freire, tem a capacidade de refletir sobre as coisas que ele mesmo realiza, e neste sentido é que se processa sua inserção crítica na realidade. Ele pode “distanciar-se do mundo (o que se pode substituir por sistema, sem perder o sentido) para ficar nele e com ele” (FREIRE, 1973). Essa inserção crítica implica entender a realidade, o que significa descobrir as inter-relações existentes nos fatos percebidos.

Ao descobrir as inter-relações, as pessoas se apropriam do percebido. Em outras palavras, adquirem maior poder. Chega-se então ao conceito de “empowerment” (ver considerações na Introdução do presente trabalho) o qual se julga um conceito chave para a extensão na atualidade. O futuro caminho da Extensão na América Latina passa, sem dúvidas, pela construção de capital social para o “empowerment” das pessoas.

Neste contexto, define-se “empowerment” como o processo no qual uma ação é desenvolvida com o objetivo de garantir algum tipo de poder a uma pessoa ou grupo de pessoas. Esse processo evoluiu nos últimos anos, passando a ser objeto de projetos específicos, com ações concretas, levando a três formas básicas de “empowerment”: (i) segurança (confiança) pessoal para executar atividades com êxito; (ii) aumentar as relações com as organizações; (iii) maior acesso ao crédito e recursos produtivos (INTRAC, 1999).

Assim, genericamente, pode-se compreender “empowerment” como a passagem de uma condição prévia (inicial) na qual uma pessoa ou grupo não tem determinado poder, até uma nova condição (final) na qual o tem.

Seguindo o trabalho de INTRAC (1999), o “empowerment” pode apresentar dimensões variadas, tais como: (a) Psicológicas: relacionadas à identidade; auto-estima; criação de espaço; conhecimento. (b) Sociais: liderança comunitária; ações com êxito; inclusão social; alfabetização. (c) Organizacionais: identidade coletiva; organização; representatividade; liderança. (d) Culturais: modificações nas normas de gênero; recreação e práticas culturais. (e) Econômicas: segurança; propriedade de bens e produtos. (f) Políticas:

participação local; negociações de poder, acesso ao poder.

Da mesma forma que ocorreu com o conceito de sistema, Freire também não utilizou o de “empowerment”, porém, julga-se que a sua análise o assume implicitamente. Em seu ensaio (1987), analisa o trabalho do extensionista como educador em uma perspectiva que, segundo ele, não é outra senão humanizar ao homem, na ação consciente, que este deve fazer, para transformar o mundo. Assim, Freire explica a educação não como prática de domesticação, mas sim como prática de libertação, na qual “educar e educar-se, não é entender algo desde a sede do saber até a sede da ignorância, para salvar, com este saber, aos que vivem naquela”. Ao contrário, educar e educar-se, nesta prática, “é tarefa daqueles que sabem que pouco sabem – por isto sabem que sabem algo, e podem, assim, chegar a saber mais – em diálogo com aqueles que, quase sempre, pensam que nada sabem, para que estes, transformando seu pensar que nada sabem em saber que pouco sabem, possam igualmente saber mais” (FREIRE, 1987).

Neste contexto de aprendizagem de Freire, só aprende verdadeiramente, aquele que se apropria da informação recebida (em nossa linguagem), ou do aprendizado (na linguagem de Freire), “transformando-o em aprendizado, com o que pode, por isto mesmo, reinventá-lo”; ou como o menciona em outras palavras: aprende verdadeiramente “aquele que é capaz de aplicar o aprendizado-apreendido, às situações existenciais concretos” (FREIRE, 1987). Assim, parece claro que no conceito de aprendizagem de Freire, está implícito o processo de “empowerment”. Ambas as partes, produtor e extensionista, se tornam maiores (com mais poder) no processo e este é o passo prévio da ação.

A idéia central é que o técnico extensionista junto com o produtor (ambos parte do sistema) planifiquem a intervenção desde “dentro para dentro”. Não há planificação desde “fora”, procurando o controle da situação (visão tradicional), na qual a consideração do social é mais uma forma de facilitar a adoção de tecnologia (visão sistemática), mas sim um processo de “empowerment”, ou seja, um processo de desenvolvimento de capacidades nas pessoas para que elas sejam atores de seu próprio processo de desenvolvimento.

Utilizando os ensinamentos de FREIRE (1981), alcança-se o “empowerment” quando os técnicos extensionistas e a população dita beneficiária interagem em uma relação do tipo horizontal (sujeito-sujeito), de diálogo e respeito pelos diferentes saberes, enquadrada em um contexto geral no qual ambas as partes são criticamente conscientes da situação e da necessidade de atuar para transformar essa situação.

A transformação da situação deve ter uma direcionalidade favorável ao “empowerment” das pessoas.

A pergunta seguinte que surge é: Como avaliar o “empowerment”? Este, na verdade, se constitui em um grande desafio, pois se trata de um conceito que deve ser entendido a partir das próprias pessoas envolvidas, e não desde “fora”. Assim, na Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), em particular em núcleos de estudos do Departamento de Educação Agrícola e Extensão Rural, do Centro de Ciências Rurais, estão em andamento trabalhos com uma metodologia considerada inovadora no que diz respeito a sua aplicação ao campo da avaliação do desenvolvimento social. Denomina-se metodologia Q e representa uma síntese entre as metodologias quantitativas e qualitativas em termos de avaliação. O marco geral da metodologia é qualitativo e a inovação é o seu emprego, dentro deste marco geral de uma base estatística sólida (análise fatorial), para o estudo sistemático das subjetividades (o ambiente psico-emocional das pessoas) existentes em qualquer situação.

CONCLUSÃO

O trabalho faz referência à evolução do relacionamento técnico extensionista-produtor. A este respeito se apoia no conceito de sistema, desde suas duas vertentes, a sistêmica e a sistemática. É interessante comprovar a existência dos dois paradigmas de Extensão (Difusão de E. Rogers e Educação de P. Freire) nas duas vertentes do enfoque de sistemas. Na realidade, constata-se não haver muitas diferenças entre a visão tradicional (a educação bancária) e o enfoque sistemático. Já o enfoque sistêmico aponta para o “empowerment” das pessoas envolvidas na relação. A tendência atual nos sistemas de Extensão na América Latina (existentes ou em formulação) é de apostar no capital social e no “empowerment”. As intervenções de Extensão (isto significa modificações planejadas por meio de projetos) representam oportunidades para a população beneficiária. As pessoas somente se aproveitam dos projetos caso se apropriem das oportunidades geradas (e este é o impacto dos projetos). Ao apropriar-se se empoderam. O “empowerment” é um conceito culturalmente dependente da população. Ou seja, as pessoas se apropriam de diferentes maneiras, mas sempre de uma forma que lhes é própria e funcional a elas mesmas. Certamente a maioria delas não sabe o que significa “empowerment”, daí o enorme desafio para sua avaliação, uma vez que esta avaliação deve ser feita desde e com elas próprias, e não desde “fora”.

REFERÊNCIAS

- ACKOFF, R.L. The systems revolution. In: LOCKETT M.; SPEAR, R. (Eds). **Organizations and systems**. Berkshire: The Open University, 1980. p.26-33.
- BENOR, D. et al. **Agricultural extension: the training and visit system**. Washington DC: The World Bank, 1984. 202p.
- BLACK, A.W. Extensión theory and practice: a review. **Australian Journal of Experimental Agriculture**, v.40, n.4, p.495, 2000.
- CHAMBERS, R. **Short cut methods in information gathering for rural development projects**. The World Bank Agricultural Sector Symposia. Washington, DC: The World Bank, 1980.
- CHAMBERS, R. **Rural development: putting the last first**. Harlow, UK: Longman, 1983.
- CHAMBERS, R. **Rural appraisal: rapid, relaxed and participatory**. Brighton: University of Sussex, Institute of Development Studies, 1992. (Discussion paper 311).
- CHAMBERS, R. et al. (Eds). **Farmer first: farmer innovation and agricultural research**. London: Intermediate Technology Publications, 1993. 213p.
- CHECKLAND, P. **Systems thinking, systems practice**. Includes a 30 years retrospective. New York: John Wiley & Sons, 1999. 330p.
- CHIA, E. et al. Comprender, dialogar, coproducir: reflexiones sobre el asesoramiento en el sector agropecuario. **Agrociencia**, Montevideo, v.VII, n.1, p.77-91, 2003.
- FREIRE, P. **¿Extensión o comunicación? La concientización en el medio rural**. México: Siglo XXI, 1973. 109p.
- FREIRE, P. **Education for critical consciousness**. New York: Continuum, 1981. 145p.
- FREIRE, P. **¿Extensión o comunicación? La concientización en el medio rural**. 15.ed. México: Siglo XXI, 1987. 109p.
- GIBBON, D. Farming Systems Research for Sustainable Agriculture. In: VAN DER PLOG, J.D.; LONG, A. (Eds). **Born from within – practice and perspectives of endogenous rural development**. The Netherlands: Assen, Van Gorcum, 1994. p.247-254, 1994.
- GILBERT, E.H. et al. **Farming systems research: a critical appraisal**. Michigan: Department of Agricultural Economics, Michigan State University, USA, 1980. 135p.
- HARRINGTON, L.W.; TRIPP, R. **Dominios de Recomendación: un marco de referencia para la investigación en fincas**. México: CIMMYT, 1984. 30p. (Programa de Economía del CIMMYT).
- HEGEDÜS, P. de; MORALES, H. Algunas consideraciones sobre el enfoque sistémico y su importancia para la extensión. **Extensão Rural**, Santa Maria, Ano III, p.61-70, 1996.
- HOARE, P. Strategies in the transfer of technology. In: JONES, G.E. (Ed). **Investing in rural extension: strategies and goals**. New York: Elsevier Applied Science, 1986. p.137-147.
- INTRAC. **Monitoreo y evaluación del empoderamiento (empowerment)**. Oxford: Intrac (International NGO Training and Research Center), 1999. 84p. (Documento Recurso. Noviembre).
- ISON, R.L. et al. Systems methodologies for sustainable natural Resources Research and Development. **Agricultural Systems**, v.55, n.2, p.257-272, 1997.
- LEEUEWIS, C. Of computers, myths and modelling. The social construction of diversity, knowledge, information and communication technologies. In: _____ (Ed). **Duth horticulture and agricultural extension**. Wageningen: Agricultural University of Wageningen, 1993. 468p.
- PINHEIRO, S.L.G. O enfoque sistémico e o desenvolvimento rural sustentável: uma oportunidade de mudança da abordagem hard-systems para experiências com soft-systems. **Agroecologia e Desenvolvimento Sustentável**. v.1, n.2, p.27-37, 2000.
- RHOADES, R.E.; BOOTH, R.H. Farmer back to farmer: a model for generating acceptable agricultural technology. **Ag Administration**, v.11, n.2, p.127-137, 1980.
- VASSALLO, M.A. **Desarrollo rural: teorías, enfoques y problemas nacionales**. Montevideo: Universidad de la Republica, Facultad de Agronomía, Departamento de Ciencias Sociales, 2001. 176p.